

# EXPERIÊNCIAS, PRÁTICAS E DISCURSOS NUM CONTEXTO DE PESCA

por

**Adelina Gomes Domingues<sup>1</sup>**

**Resumo:** Partindo da etnografia junto de pessoas em interação com o meio flúvio-marítimo (pescadores, “apanhadores” de ameijoas) no Seixal (estuário Tejo, Portugal), reflete-se sobre agencialidade de grupos locais interrogando a provável conexão a outras escalas, para um entendimento das inter-relações seres humanos e ambiente. Analisando memórias sobre percursos de vida e trabalho, práticas, percepções e perspectivas de indivíduos e famílias, observam-se continuidades, rupturas e retornos à pesca decorrentes de distintas conjunturas sociais, económicas, locais e globais. As experiências e discursos, dos que agem sobre o meio, evidenciam estratégias de sobrevivência e opções ao longo de trajetórias de trabalho precário e “crises”.

**Palavras-chave:** Pesca; Agencialidade; Ambiente.

**Abstract:** From an ethnography among people interacting with maritime environment (fishermen and harvesters of clam) in Seixal (Tagus estuary, Portugal), we reflect upon local groups agency and its possible connections with other scales, aiming to understand the interrelationships human beings and environment. Analyzing life and work memories, practices, perceptions and perspectives of individuals and families, continuities, breaks and returns to fishing arise. Those oscillations result from different social, economic, local and global conjunctures. From experiences and discourses of those who act on the environment, we glimpse survival strategies and choices throughout lives of precarious work and "crisis".

**Keywords:** Fisheries; Agency; Environment.

Este texto apresenta algumas reflexões decorrentes da análise de um conjunto de dados preliminares, proporcionados pela etnografia em curso<sup>2</sup>, no âmbito da minha pesquisa de doutoramento em Antropologia sobre as inter-relações seres humanos e ambiente. A escolha deste tema resultou do prévio conhecimento sobre o contexto do Seixal, em grande parte proporcionado pela atividade profissional que desenvolvo

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Antropologia na NOVA FCSH, integrada no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA). É técnica do Ecomuseu Municipal do Seixal com funções de investigação, documentação e programação museológica.

<sup>2</sup> Os dados apresentados neste texto resultaram de uma primeira fase da etnografia, realizada entre julho de 2017 e novembro de 2018, estando por isso condicionados à continuidade da pesquisa enunciada.

no Ecomuseu Municipal do Seixal, e do contacto quotidiano com essa realidade. A observação empírica, entre 2010 e 2015, de um recente retorno de pessoas a atividades como a apanha de bivalves e a pesca, esta última de peso significativo durante séculos mas quase desaparecida após a década de 1960, e o conhecimento sobre o enquadramento geográfico, sobre as características ambientais e sobre os aspetos históricos e sociais deste território (dos quais se destacam a emergência e a afirmação de atividades como a pesca, a construção naval, a navegação e o tráfego fluvial, a moagem e a indústria), levaram-me a questionar a importância das especificidades de um território local na ação de grupos humanos e na forma como percebem, se relacionam e interagem essas pessoas com o ambiente.

Procurando respostas, pretendo com a presente pesquisa estudar a ocupação evolutiva do território do Seixal considerando a inter-relação e interação dos grupos humanos com o seu ambiente<sup>3</sup>. Através de uma etnografia sobre a realidade local atual da pesca, analiso continuidades e rupturas desta atividade desde meados do século XIX até à atualidade, integrando dados a partir de fontes escritas que documentam a pesca no passado<sup>4</sup>. Tendo por objetivo o estudo dessa realidade e das suas especificidades, optei pelo período enunciado por considerar que os dados que vier a obter me permitirão uma análise retrospectiva das oscilações de articulações entre seres humanos e o meio fluvial e marítimo, que se me afiguram não lineares,

---

<sup>3</sup> Analisada a produção da antropologia sobre contextos piscatórios, evidenciam-se dois focos de abordagem: uma privilegia a análise da relação dos seres humanos com a natureza e o ambiente, e a outra, considera e articula as relações com o meio mas dá maior relevância às questões sociais. Procuro na minha pesquisa aliar ambas as dimensões.

Algumas abordagens sobre contextos piscatórios: Paulo Mendes, *O Mar é que manda – comunidade e percepção do ambiente no Litoral Alentejano* (Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2013); Luís Martins, “Um pedaço de paisagem no Tejo: o varadouro de pesca da Cruz Quebrada”, *Etnográfica*, vol. VII (1) (2003): 213-224; Francisco Oneto Nunes, “O trabalho faz-se espetáculo: a pesca, os banhos e as modalidades do olhar”, *Etnográfica*, vol. VII (1) (2003): 131-157; Sally Cole, *Mulheres da Praia: o Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994[1991]); António Diegues, “A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil”, *Etnográfica*, vol. III (2) (1999): 361-375.

<sup>4</sup> Este estudo conjuga pesquisas de arquivo e etnografia com trabalho de campo, recorrendo, por um lado, a arquivos e outras fontes escritas e, por outro lado, à etnografia através da observação-participante aliando conversas informais e entrevistas, e ao método biográfico das histórias de vida. Atendendo à natureza distinta das metodologias, considero que o cruzamento de dados obtidos a partir de ambas facultará diferentes perspetivas e pistas de análise que, no seu conjunto, serão complementares na análise da realidade em estudo. Como tem sido referido por diversos investigadores, que articulam disciplinarmente a antropologia e a história, por vezes, os arquivos evidenciam dados do passado sobre os quais as pessoas não falam mas, por outro lado, é a partir da etnografia que se obtêm dados e perspetivas sobre os quais os arquivos também “não falam”. Conforme Sónia Ferreira, Pedro Silva e Sónia Almeida (oradores convidados no Seminário “Metodologias em Antropologia”, Ciclo de Estudos de Doutoramento em Antropologia, NOVA FCSH, Novembro e Dezembro 2015).

no decorrer de distintas conjunturas sociais e económicas (locais e globais) e cujo conhecimento contribuirá para o entendimento do contexto em estudo.

## BREVE ENQUADRAMENTO DO UNIVERSO DA PESQUISA

O concelho do Seixal corresponde a uma área de 93,6 km<sup>2</sup> e localiza-se na margem esquerda do estuário do Tejo, na Península de Setúbal, em frente a Lisboa, confrontando com os concelhos de Almada, Sesimbra e Barreiro. É um concelho ribeirinho, banhado pelo designado Mar da Palha<sup>5</sup> a partir do qual se estendem os esteiros de Corroios, do rio Judeu e de Coina que formam uma grande bacia interior designada por *Baía do Seixal*, com cerca de 482 ha, em torno da qual se localizam as respetivas povoações. Esta enseada está abrigada por uma extensa língua de areia, a restinga do Alfeite<sup>6</sup>. A maré propaga-se por canais pouco profundos, muito assoreados, dos quais se destaca o rio Judeu<sup>7</sup>. Os esteiros constituem subunidades do Estuário de profundidades baixas. Uma parte significativa da área destes esteiros permanece a descoberto na vazante com exceção das áreas centrais, que mantêm permanentemente alguma água, permitindo o acesso aos principais ancoradouros ou portos. Nas margens e extremos dos esteiros situam-se as áreas de sapais<sup>8</sup>, totalizando aproximadamente 150 ha de águas pouco profundas. No concelho do Seixal e integrados na Reserva Ecológica Nacional, contam-se os sapais de Corroios, do Talaminho e do Zeimoto. Cerca de 46% das margens de sapal da baía do Seixal encontram-se fortemente intervencionadas por ação humana associada a atividades agrícolas (ocupação de terrenos, construção de diques,

---

<sup>5</sup> O *Mar da Palha* integra o Estuário do Tejo e constitui um golfo interior conectado com o Oceano Atlântico através do Canal da Barra (de Cacilhas à Cova do Vapor). A partir do Mar da Palha estendem-se os esteiros do Montijo, da Moita, de Coina, do rio Judeu e de Corroios, coincidindo os últimos três no Concelho do Seixal.

<sup>6</sup> O termo *restinga* designa uma área, que se caracteriza por terrenos arenosos e salinos próximos ao mar e cobertos por deposição marinha, resultante do recuo dos níveis dos oceanos. A *restinga* constitui um ecossistema que pertence ao grupo das formações pioneiras com influência marinha, estando normalmente cobertas com plantas herbáceas características. Conforme Anabela Cruces *et al.*, *A Geologia no Litoral – Parte I: Do Tejo à Lagoa de Albufeira* (Lisboa: Agência Ciência Viva, Centro de Geologia, Departamento de Geologia, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2002).

<sup>7</sup> Ver Cruces *et al.*, *A Geologia no Litoral*.

<sup>8</sup> Os sapais constituem ecossistemas que desempenham um papel importante como berçário de várias espécies piscícolas e local de nidificação de aves. As propriedades dos sapais permitem a retenção seletiva de algumas substâncias poluentes (nomeadamente metais pesados) extraíndo-os da água de circulação e aprisionando-os no sapal em crescimento. Por isso, os sapais funcionam como “rins” depurando o sistema hidrológico. Conforme Cruces *et al.*, *A Geologia no Litoral*.

regularização e desvio de canais), aterro e instalação de moinhos de maré. Este Concelho caracteriza-se por uma área húmida de 1300 ha em parte rodeado de água salgada, existindo na baía do Seixal algumas praias de areia, de pequena extensão, com origens distintas, resultantes da acumulação de sedimentos provenientes da erosão pluvial em areeiros abandonados, escavados em afloramentos pliocénicos (Arrentela e Talaminho), de depósitos de aterro (Amora) e de despejos de dragagens (margem sul da Ponta dos Corvos)<sup>9</sup>.

O rio e o estuário do Tejo constituíram, ao longo dos tempos, um importante elo de ligação e atração humana de que resultaram as povoações ribeirinhas que cresceram nas suas margens em diferentes momentos históricos, associadas a atividades de exploração dos recursos naturais do território ou utilizando-os enquanto via de comunicação com outros espaços. As características do território do Seixal, intrinsecamente associadas à sua localização junto ao rio Tejo, influenciaram significativamente o percurso histórico humano do concelho<sup>10</sup> que por sua vez transformou, de modo também significativo, este território e respetivas características. Essa influência refletiu-se no desenvolvimento de um conjunto de atividades económicas flúvio-marítimas<sup>11</sup>, potenciadas pela proximidade deste concelho ao grande centro urbano (a capital). A existência da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol (século II a.C. ao século IV d.C.), em Corroios, numa época de intensa atividade comercial, testemunha o aproveitamento das características da localização do território do Seixal. Esta olaria produzia ânforas<sup>12</sup> e loiça doméstica, as primeiras provavelmente destinadas às fábricas de salga de preparados de peixe das duas margens do Tejo (Almada, Setúbal e Lisboa) e ao mercado da cidade Olisipo (Lisboa)<sup>13</sup>.

---

<sup>9</sup> Ver Cruces *et al.*, *A Geologia no Litoral* e António Antunes Dias e José M. Silva Marques, *Estuários, Estuário do Tejo, o seu valor e um pouco da sua história* (Reserva Natural do Estuário do Tejo, ICN, 1999).

<sup>10</sup> À semelhança de outros concelhos ribeirinhos como os de Almada, Barreiro e Montijo.

<sup>11</sup> Adoto aqui a conjugação dos termos – flúvio-marítimo – que tem sido usada pelo Ecomuseu Municipal do Seixal para designar a realidade correspondente à área do estuário do Tejo, numa relação intrincada de rio e mar, abrangendo quer a especificidade das características naturais deste território, quer as actividades dos seres humanos neste contexto ambiental.

<sup>12</sup> “As diferentes formas de ânforas produzidas na olaria da Quinta do Rouxinol destinavam-se ao envase de conservas de peixe (...). Na Época Romana, o fabrico e exportação de conservas e outros preparados de peixe era uma das principais atividades económicas, sendo as ânforas o contentor indispensável para transportar a longa distância estes e muitos outros produtos (...)”. Graça Filipe e Jorge Raposo, *Quinta do Rouxinol – Uma olaria romana no Estuário do Tejo* (Seixal: Ecomuseu Municipal/Câmara Municipal do Seixal, 2009), 38.

<sup>13</sup> Ver Filipe e Raposo, *Quinta do Rouxinol*.

Das atividades desenvolvidas ao longo da história do concelho do Seixal até à atualidade, destacam-se a pesca, a construção naval em madeira, o tráfego flúvio-marítimo, a moagem utilizando as marés e, numa fase mais tardia, a instalação de indústrias. Os moinhos de maré surgem no Seixal a partir do início do século XV. Para além do aproveitamento da força das águas e de locais que serviam de cais, outros fatores impulsionaram a instalação dos moinhos, como a proximidade de Lisboa, grande centro consumidor de farinha<sup>14</sup> e local de partida de embarcações durante a expansão marítima. A potencialidade de transporte fluvial e a existência de numerosos cais, garantiam condições de troca de produtos agrícolas produzidos numa área territorial interior do Concelho, intermédia entre o rio e os pinhais, onde se constituíram pequenos núcleos rurais e se instalaram quintas senhoriais. Através do transporte fluvial o concelho do Seixal fornecia a capital de farinhas, sal, produtos agrícolas e lenhas, dada a riqueza dos recursos naturais do interior do concelho que possuía vastas áreas de matas e pinhais, aproveitadas para lenhas e madeiras para construção naval. Sobre o tráfego fluvial, António Nabais refere: “Em 1552, nos portos de Coina, Seixal e Almada, registavam-se 150 barcos e batéis dos 1490, que serviam Lisboa. Este número de embarcações parece corresponder ao intenso tráfego fluvial, que se desenvolveu nos esteiros do rio Tejo, que ficam em frente de Lisboa, a fim de garantir o transporte dos variadíssimos produtos (...) das terras da península de Setúbal, para o abastecimento da capital do Reino”<sup>15</sup>. Para além da importância das ligações à capital, o rio Coina, que banha a área leste do concelho do Seixal (área de Cucena) foi desde a Idade Média, muito concorrido pelas embarcações que frequentavam os portos das suas margens, garantindo o transporte de produtos agrícolas e farinhas, da região de Azeitão e das quintas localizadas nessa área geográfica. Este rio constituía um importante meio de ligação da capital ao sul do país, apesar da sua navegabilidade estar condicionada pelas marés. António Nabais<sup>16</sup> cita referências documentais que testemunham a presença de embarcações de Lisboa nos esteiros do Seixal, entre os séculos XIV e XVI, que recorriam à enseada do Seixal para abrigo de embarcações durante os períodos de condições meteorológicas adversas.

Na literatura consultada há referências e documentação diversa que refere a atividade da pesca no Seixal desde o século XVI, atestando uma importância significativa a partir do século XVII até meados do século XX. Esta atividade desenvolveu-se quer em áreas do estuário do Tejo, nos esteiros e no Mar da Palha,

---

<sup>14</sup> Jaime Alberto Couto Ferreira, *Farinhas, Moinhos e Moagens* (Lisboa: Âncora Editora, 1999).

<sup>15</sup> António Nabais, *História do Concelho do Seixal – 2 Barcos* (Seixal: Câmara Municipal do Seixal, 1982), 17.

<sup>16</sup> Nabais, *História do Concelho do Seixal*.

quer no mar, sobretudo nas zonas entre os Cabos da Roca e Espichel e o Farol do Bugio. Dos documentos analisados destacam-se os seguintes: a legislação sobre as pescas e pescado no rio Tejo, entre os séculos XV e XIX<sup>17</sup>, refere quer autorizações quer interdições de pesca com o uso de redes tartaranhas (pesca de arrasto) a bordo das muletas (tipologia de barcos utilizados por pescadores do Seixal e do Barreiro que praticavam a arte tartaranha); “instrumentos notariais celebrados pelos pescadores do Seixal e Arrentela, no ano de 1747”<sup>18</sup>, estabelecendo relações contratuais com procuradores de Lisboa para defenderem os seus interesses devido à concorrência, que sentiam, pelo exercício da pesca no estuário do Tejo por parte de pescadores de Aveiro; referências à pesca local por Baldaque da Silva que, reportando-se a 1886 refere o Barreiro e o Seixal: “(...) concorrem em grande escala para a pesca no rio, conduzindo o peixe que apanham para o mercado de Lisboa ou para as suas localidades (...)”<sup>19</sup>. No mesmo documento menciona também o “movimento de pesca no Barreiro e Seixal” indicando valores quantitativos de embarcações (e tipologias), tripulantes e valor do pescado e dá algum destaque descrevendo, quer a tipologia e características da muleta, embarcação então utilizada, quer da arte ou aparelho de pesca, a tartaranha, informando ainda sobre o modo de operar dessa arte<sup>20</sup>; e o Boletim do Trabalho Industrial de 1910 com a resposta da Associação da Classe Piscatória do Seixal de 1909 ao Inquérito da Repartição do Trabalho, que dá conta da perspectiva dos pescadores do Seixal sobre a atividade da pesca nessa data<sup>21</sup>.

O tráfego fluvial, ligado ao transporte de mercadorias e passageiros e à pesca, praticados nos territórios ribeirinhos do Tejo, implicou a existência de estaleiros de construção, manutenção e reparação naval, que encontraram nestas áreas características naturais propícias à sua instalação. Com praias e enseadas abrigadas dos ventos, condições especiais de ancoradouro e fundeadouro proporcionados pelos esteiros, águas calmas e pouco profundas e a existência de madeira (pinho e sobreiro) em abundância, adequada à construção naval, o concelho do Seixal apresentava características ótimas para a instalação da indústria naval. Os esteiros foram

---

<sup>17</sup> Maria José Costa, *O Estuário do Tejo* (Lisboa: Cotovia, 1999), 177-179.

<sup>18</sup> António Celso Hunyady Mangucci, “Quatro instrumentos notariais celebrados pelos pescadores do Seixal e Arrentela, no ano de 1747”. (HLR SXL 10377, Centro Documentação e Informação, Ecomuseu Municipal do Seixal, s/ data).

<sup>19</sup> A. A. Baldaque da Silva, *Estado actual das pescas em Portugal, compreendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o continente do Reino no anno de 1886* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1891), 135.

<sup>20</sup> Silva, *Estado actual das pescas em Portugal*, 136 e 299.

<sup>21</sup> J. Oliveira Simões, “Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. Apuramento das respostas ao questionário da Repartição de Trabalho”, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 49 (Lisboa: Imprensa Nacional, 1910).

aproveitados para ancoragem e abrigo de embarcações, construção de portos e estabelecimento de estaleiros. A partir do século XIV terá existido uma dependência dos estaleiros (da Coroa) da Ribeira das Naus na Azinheira (zona leste do Seixal)<sup>22</sup> que nos anos de 1980 pertencia ao Arsenal da Marinha<sup>23</sup>. Este local foi utilizado para depósito e tratamento de madeiras, necessário à construção de embarcações, tendo ainda servido para a permanência de barcos (galeotas reais, pequenos navios de guerra e outros). Alguns dos estudos<sup>24</sup> realizados com base em fontes bibliográficas, indiciam o estabelecimento de estaleiros navais na Azinheira e área adjacente e a sua ligação à construção naval na época da expansão marítima portuguesa. No século XIX existiam diversos estaleiros navais de construção de embarcações em madeira para a navegação à vela, destinadas ao transporte de pessoas, mercadorias e embarcações de pesca<sup>25</sup>.

Durante o mesmo século, os pescadores do Seixal usavam muitas dessas embarcações, umas adequadas à pesca e outras ao transporte de pescado (a partir dos barcos de pesca no mar), sobretudo para Lisboa, o que continuou a acontecer até à década de 50 do século XX. A bordo de barcos de pequeno porte era também transportado, do Seixal para o mercado da Ribeira (Lisboa), o peixe vindo de Sesimbra<sup>26</sup>, que demonstra a importância da localização do Seixal enquanto ponto de ligação entre a margem sul e a capital na margem norte.

Os estaleiros distribuíam-se pelas áreas ribeirinhas, espaços que dividiam com os pescadores, não lhes sendo autorizada a instalação definitiva nas praias do Seixal, cuja permissão era assim definida pela Câmara Municipal em 1889: “conservando sempre às ditas praias a feição e destino a logradouros públicos da classe piscatória, dos pequenos constructores navais e de todos os indivíduos tanto

---

<sup>22</sup> Graça Filipe e Elisabete Curtinhal, *Barcos, memórias do Tejo* (Seixal: Ecomuseu Municipal/Câmara Municipal do Seixal, 2007), 18.

<sup>23</sup> Pedro Miguel Estácio Santos e Ana Luísa Castanheira Duarte, “O estabelecimento Naval de Azinheira” (Trabalho académico, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994/95).

<sup>24</sup> Santos e Duarte, “O estabelecimento Naval de Azinheira”.

<sup>25</sup> Filipe e Curtinhal, *Barcos, memórias do Tejo*.

<sup>26</sup> Essa importância foi evidenciada em relatos de pescadores de Sesimbra que referem que até cerca dos anos 1930-1940 parte do peixe vendido em lota era transacionado entre comerciantes que o transportavam (em carroças de tração animal) de Sesimbra para Cacilhas (Almada) ou para o Seixal, locais onde era possível o seu embarque e travessia do rio para Lisboa. Ver “Estudo antropológico: levantamento sobre artes de pesca de Sesimbra” (2005) incluído (Anexo 1) em: Adelina Gomes Domingues, “A Futura Unidade Museológica Marítima de Sesimbra – Contributos para a sua programação e para as suas relações com unidades regionais afins”, dissertação de mestrado (Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007).

Na descrição de tipologias e funções de embarcações do Tejo, Estêvão Carrasco e Alberto Peres, *Barcos do Tejo* (Edições INAPA, 1997) também referem o transporte de peixe, proveniente de Sesimbra, para Lisboa a bordo de barcos do Seixal.

locaes como estranhos que desejassem construir, concertar ou amañhar quaesquer embarcações.” (Livro de Actas, 1902, Câmara Municipal do Seixal)<sup>27</sup>.

Na segunda metade do século XIX a construção naval e o tráfego intensificaram-se com a implantação de diversas unidades fabris na região<sup>28</sup>: a Companhia de Lanifícios de Arrentela (1855)<sup>29</sup>, a Fábrica de Vidros da Amora (1888 a 1930), a Sociedade Africana de Pólvora (1898) e no início do século XX, empresas de seca do bacalhau (Companhia Atlântica (1903), Sociedade Lisbonense (1910) e Parceria Geral das Pescarias (1914)) e a indústria corticeira, como a L. Mundet & Sons (1905) ou a Wincander (1913). Em 1917 existiam no Concelho três unidades corticeiras concentrando grande número de operários, chegando a representar 1/3 da mão-de-obra corticeira do distrito de Setúbal e cerca de 15% a nível nacional<sup>30</sup>. Estas fábricas instalaram-se junto dos esteiros onde construíram cais, para a entrada de matérias-primas e escoamento das suas produções, possuindo as suas próprias embarcações de transporte de mercadorias.

No início do século XX, a construção naval intensifica-se com o surgimento de maior número de estaleiros<sup>31</sup> e expande-se nas praias do Seixal, cujo estabelecimento passou a ser permitido pela Câmara.

Nas décadas de 1940-1950 surgem os barcos a motor, com novas tecnologias aplicadas às embarcações de pesca e de tráfego fluvial<sup>32</sup>, tal como se verificou noutros contextos piscatórios do país<sup>33</sup>. Contudo, em 1947 é publicado um decreto (36615 de 24/11) que estabelece a cessão da atividade das embarcações de pesca do arrasto para o final de 1955. No entanto, de acordo com relatos<sup>34</sup> de pescadores que exerceram a sua atividade a bordo de barcos da pesca do arrasto (no mar), a mesma continuou a praticar-se pelo menos até aos anos de 1960. Depois dessa década, cessou a atividade dos pescadores da Vila do Seixal que se dedicavam

---

<sup>27</sup> Citado em Nabais, *História do Concelho do Seixal*, 1.

<sup>28</sup> Dados coligidos a partir de publicações e outros materiais de divulgação do Ecomuseu Municipal do Seixal com destaque para o boletim *Ecomuseu Informação*, n.º 19, 2001.

<sup>29</sup> Fátima Veríssimo, “Edifícios da antiga Companhia de Lanifícios de Arrentela: história e memória da fábrica e do sítio industrial”, *Ecomuseu Informação*, n.º 39 (2006): 17-19.

<sup>30</sup> Graça Filipe e Fernanda Ferreira, *Água, Fogo, Ar, Cortiça* (catálogo) (Seixal: Ecomuseu Municipal/Câmara Municipal do Seixal, 2002).

<sup>31</sup> Filipe e Curtinhal, *Barcos, memórias do Tejo*, 19.

<sup>32</sup> Filipe e Curtinhal, *Barcos, memórias do Tejo*.

<sup>33</sup> A introdução de novas tecnologias, a partir do período enunciado, viria a ter consequências determinantes quer na construção naval quer nas atividades piscatórias como se verificou no contexto de Sesimbra. Ver em: Adelina Gomes Domingues, “As artes de pesca em Sesimbra”, *Musa – museus, arqueologia e outros patrimónios*, 3, (2010): 229-236 (Setúbal: FIDS & MAEDS) e Domingues, “A Futura Unidade Museológica Marítima de Sesimbra”.

<sup>34</sup> No âmbito da etnografia desenvolvida em 2018.



a este tipo de pesca mantendo-se outras artes praticadas sobretudo no rio e no estuário, usando embarcações de pequeno porte.

A partir dos anos de 1960, com o desenvolvimento dos transportes terrestres, a construção das pontes sobre o Tejo, que passaram a ligar as duas margens, e o abandono da pesca cuja mão-de-obra foi absorvida pela indústria local, o tráfego fluvial começa a declinar sendo acompanhado pelo fim gradual da construção naval artesanal<sup>35</sup>.

No âmbito de políticas estatais (constituição da Siderurgia Nacional em 1954), em 1961 tem início a atividade siderúrgica em Portugal no complexo fabril instalado em Paio Pires (Seixal). Concorreram para a opção deste local a proximidade a Lisboa e a possibilidade de instalação num esteiro com fácil acesso à cabotagem, dispondo de cais e permitindo a acostagem de embarcações para transporte de matérias entre o complexo fabril e o porto de Lisboa<sup>36</sup>. Esta indústria expande-se entre as décadas de 1960-1970, atingindo um número crescente e máximo de trabalhadores entre os anos de 1970 e 1988<sup>37</sup>. Neste mesmo período, a maioria das restantes indústrias (acima referidas) cessam a sua atividade no Seixal; os estaleiros de construção em madeira começam a desaparecer mantendo-se alguns que se dedicam a reparações navais em ferro e fibra.

Nos anos de 1980 subsistem ainda pequenas fábricas e oficinas (não modernizadas) e, a partir sobretudo de meados da década de 1990, verifica-se uma diversificação de atividades empresariais na forma de pequenas unidades fabris ou oficinas, armazéns, comércio e prestação de serviços, com a criação e instalação em parques industriais. Em simultâneo, há um significativo incremento do setor imobiliário face à crescente procura de habitação, dada a proximidade e a melhoria das acessibilidades (e transportes públicos) à capital, permitindo a residência de muitas pessoas que trabalham em Lisboa. Em 1994, à cisão (em três empresas) e privatização da Siderurgia Nacional, seguiu-se o encerramento da atividade industrial de uma dessas unidades, em 2001, que implicou a pré-reforma e o despedimento da maioria dos seus efetivos<sup>38</sup>.

Na última década e até cerca de 2016, verificou-se uma quebra considerável no setor imobiliário, situação idêntica à que ocorreu no país. Mantiveram-se algumas

---

<sup>35</sup> Filipe e Curtinhal, *Barcos, memórias do Tejo*.

<sup>36</sup> Maria Alfreda da Cruz, *A Margem Sul do Estuário do Tejo: Factores e formas de organização do Espaço* (Lisboa: Livraria Portugal, 1973), 129.

<sup>37</sup> Elisabete Curtinhal, “Histórias e memórias dos trabalhadores da Siderurgia Nacional – da civilização do trabalho à subcultura do desemprego”, *Com os Homens do Aço – história, memória e património* (Seminário, 2002). Consultado em 27/08/2016: <http://www2.cm-seixal.pt>.

<sup>38</sup> Curtinhal, “Histórias e memórias dos trabalhadores da Siderurgia Nacional”.

atividades empresariais (acima referidas), verificando-se, contudo, o encerramento de muitas dessas unidades mas também o surgimento de novas que na sua maioria não permanecem em atividade durante muito tempo. Mantêm-se ainda, apesar do reduzido número, dois ou três estaleiros navais que se modernizaram e atualizaram tecnologias e materiais e que nas duas últimas décadas se especializaram na construção e manutenção de embarcações de recreio.

A situação descrita, relativa ao período entre 2000 e 2016, afigura-se corresponder aos efeitos locais da crise económica nacional e internacional. Com base em observações quotidianas (desde 2007) do terreno, correspondente à área ribeirinha do Seixal, a partir de 2010 verifiquei maior atividade em torno da Baía do Seixal. A pesca, que até aí permaneceu residual, a avaliar pelo reduzido número de pequenas embarcações e de pescadores, aparenta ter adquirido novo interesse por parte de indivíduos de todas as faixas etárias, incluindo homens e mulheres, indivíduos de etnia cigana e de diversas nacionalidades. Entre 2010 e 2015 observei um crescente número de pessoas que, todos os dias e dependendo do ciclo das marés, passaram a frequentar as áreas ribeirinhas quer na apanha de bivalves, como aconteceu em todo o estuário do Tejo, quer na pesca de outras espécies. As observações empíricas enunciadas e o contato interpessoal com alguns residentes locais, que passaram a recorrer à pesca como forma de complemento económico, facultaram-me dados que indiciam um retorno à atividade da pesca no território do Seixal que se afigura estar relacionado com a situação de crise económica.

## DA ETNOGRAFIA EM CURSO...

Atendendo ao tema e partindo da observação do “retorno à pesca”, em articulação com dados históricos, que permitam descortinar eventuais continuidades ou ruturas desta atividade, baseio-me na ideia de agencialidade, ou seja, da ação de grupos em contextos locais, que informe sobre práticas e percursos de grupos humanos (pescadores) num território local e na noção do local (translocal), através dos conceitos de *localidade relacional e contextual*<sup>39</sup> em diálogo com noções de

---

<sup>39</sup> Arjun Appadurai, “The Production of Locality”, In *Modern at Large. The Cultural Dimensions of Globalization* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996), 178-199.

agencialidade<sup>40</sup>. Recorro ainda aos conceitos de *resistência*<sup>41</sup> e de *práticas possíveis*<sup>42</sup> conjugados com as abordagens sobre o trabalho, a precaridade e crise, fazendo uso da análise das terminologias do *capitalismo tardio*, do *neoliberalismo* e narrativas associadas<sup>43</sup> bem como da ideia de *economia moral*<sup>44</sup>.

Com base nestas perspetivas conceptuais, procuro linhas de interrogação e análise, questionando se a aparente linearidade, dos processos de declínio, extinção e patrimonialização da pesca, em contextos piscatórios similares, não se concretiza em situação de crise mas, pelo contrário, revivifica a pesca artesanal. Esta questão serviu de ponto de partida para analisar a ação humana neste território procurando um entendimento das práticas da realidade local, verificando se a mesma não se articula com outros níveis ou escalas aos quais o local, e os seus grupos, estão conectados através de fluxos e atuais contextos socioeconómicos e respetivas narrativas.

Esta pesquisa assenta ainda em abordagens sobre o tema das interações dos seres humanos, o ambiente e a natureza<sup>45</sup>, evocando as perspetivas de “um todo ecológico”, do “habitar ou residir” (*dwelling*) e dos modos de ação e perceção sobre o meio<sup>46</sup>. A adoção de perspetivas conceptuais diversas é aqui tomada, atendendo às vantagens expressas por diversos autores<sup>47</sup>, procurando enquadrar e articular duas dimensões: o ambiente e a ecologia e a agencialidade de grupos locais (translocais) que informem sobre práticas e percursos humanos. Assim, partindo da realidade em estudo, e considerando as problemáticas e os conceitos

---

<sup>40</sup> Sherry Ortner, “Power and Projects. Reflections on Agency”, In *Anthropology and Social Theory, Culture, Power and the Acting Subject* (Durham: Duke University Press, 2006), 129-153.

<sup>41</sup> James C. Scott, “Formas cotidianas de resistência”, *Raízes*, vol. 21, n.º 01 (2002): 10-31 e *A dominação e a arte da resistência – Discursos ocultos* (Lisboa: Letra Livre, 2013).

<sup>42</sup> Paula Godinho, *O futuro é para sempre – Experiência, Expectativa e Práticas Possíveis* (Lisboa: Letra Livre e Santiago de Compostela: Através Editora, 2017).

<sup>43</sup> Sherry Ortner, “On Neoliberalism”, *AOTC Press*, 1 (2011) (Consultado em 01/08/2016: <http://aotcpres.com/articles/neoliberalism>); Susana Narotzky, “Europe in crisis: grassroots economies and the anthropological turn”, *Etnográfica*, vol. 16 (3), (2012): 627-638; Angela Procoli, “Introduction”. In *Workers and Narratives of Survival in Europe: The Management of Precariousness at the End of the Twentieth Century* (Albany: State University of New York Press, 2004), 1-10; Richard Sennet, *A Corrosão do carácter* (Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2009[1998]), 9-12, 53.

<sup>44</sup> E. P. Thompson, *A Economia Moral na Inglaterra do Século XVII* (Lisboa: Antígona, 2008[1971]).

<sup>45</sup> Aspetos que não serão considerados em detalhe no presente texto.

<sup>46</sup> Tim Ingold, *The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill* (London and New York: Routledge, 2000) e Kay Milton, *Loving Nature, Towards an Ecology of Emotion* (London: Routledge, 2002).

<sup>47</sup> Preconizando quadros teóricos distintos, vários autores sublinham a complementaridade de diferentes paradigmas facilitadores de respostas múltiplas para uma mesma realidade e em diferentes níveis de análise. Robert G. Burgess, *A Pesquisa de Terreno – Uma Introdução* (Oeiras: Celta Editora, 1997); Bernard, H. Russell, *Research Methods in Anthropology. Qualitative and Quantitative Approaches* (Rowman & Littlefield Publishers, Inc., Altamira Press, 2006); T. Caria, (org.), *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais* (Porto: Afrontamento, 2002).

teóricos estruturantes enunciados, optei por uma pesquisa etnográfica centrada num universo de análise de nível local, constituído por “grupos” de pescadores num território (Seixal), mas considerando possíveis conexões a outros níveis (regional, nacional, internacional) que possam esclarecer o contexto local. Vários autores<sup>48</sup> têm destacado o papel das redes e de complexos campos “entrelaçados” de fluxos translocais, em que se cruzam diferentes atores situados em contextos ou escalas diversos, com grande impacto nos sítios e nos grupos locais, “imbricando o local no global”. A complexidade do local (sítios) e a “interação entre grupos”, traduz-se em “múltiplas realidades” correspondentes a diferentes agentes situados em escalas distintas. Em resposta aos fluxos sociais e à dissociação de grupos humanos de territórios, Appadurai<sup>49</sup> usa o conceito de *localidade relacional e contextual*, que se constrói e expressa através de agencialidades pela ação das pessoas por meio da socialização do espaço e tempo em práticas intencionais e performativas, de representação e ação. A produção da *localidade* surge aqui como translocal, em que o espaço local é fluído e relacional e constitui-se na sua relação com o global.

Relacionada com as conceções de Appadurai, que associa a dimensão espacial em articulação e interação permanente com o social através do conceito de *localidade*, a ideia de agência ou agencialidade é aqui entendida nas formulações de Sherry Ortner<sup>50</sup> que informam sobre práticas de indivíduos e grupos e suas dimensões relacionais. Considerando a ação de grupos de pescadores (aparentemente) circunscritos ao território do Seixal, numa primeira fase da pesquisa, centrada na análise da realidade presente e de um passado recente, optei por uma metodologia assente na etnografia através da observação-participante e de histórias de vida e

---

<sup>48</sup> William Fisher, “Doing good? The politics and antipolitics of NGO practices”, in *Annual Review of Anthropology*, 26 (1997): 439-464; Veronica Strang, “Anthropology and Development”, in *What Anthropologists Do* (Oxford: Berg, 2009), 37-57; George Marcus, “Ethnography in/of the World System. The emergence of Multi-Sited Ethnography”, in *Annual Review of Anthropology*, vol. 24 (1995): 95-117; Anna L. Tsing, *Friction. An Ethnography of global Connections* (Princeton: Princeton University Press, 2005); Paula Godinho, “Antropologia e questões de escala: os lugares do mundo”. *Arquivos da Memória*, n.º 2 (nova série), (2007): 66-83 (Consultado em 05/06/2016: [http://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/05\\_Paula\\_Godinho\[1\].pdf](http://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/05_Paula_Godinho[1].pdf)); Laurent Berger, *Les nouvelles ethnologies, enjeux et perspectives* (A. Colin, 2005).

<sup>49</sup> Appadurai, “The Production of Locality”.

<sup>50</sup> A autora dá importância à ação individual definindo a agência como construção cultural e universal, que faz parte e caracteriza os seres humanos e que os dota de uma disposição em relação à realização de projetos, salientando a dinâmica, por vezes transformadora, entre as práticas das pessoas e as estruturas da sociedade, cultura e história. A agência é modelada de modos distintos e é alimentada ou refreada em diferentes regimes de poder; articula-se entre intencionalidade e poder, age no contexto de relações de desigualdade, assimetrias e de forças sociais e apresenta duas faces: prosseguir projetos, exercendo poder em ações de dominação ou sendo contra o poder, através da resistência. Ortner define ainda uma terceira categoria, a agência de projeto, baseada em ideias e intenção de concretização de projetos por pessoas com habilidade para concretizar essas intenções. Sherry Ortner, “Power and Projects”.

família de pessoas de proximidade e interação com o meio, tendo previamente definido como universo de análise três grupos: um primeiro constituído por pescadores profissionais (atuais e reformados) do Seixal que pescam no mar e no estuário do Tejo a bordo de embarcações; um segundo grupo, que designei por “novos pescadores” em que considerei todas as pessoas sem ligações anteriores a esta atividade e que só nos últimos anos recorrem à pesca e à apanha de bivalves para sobrevivência ou como complemento económico de outras fontes de rendimento e, por fim, um terceiro grupo de pescadores residentes nas proximidades de uma das zonas de sapal do concelho.

Perspetivando uma abordagem próxima às formulações de Tim Ingold<sup>51</sup> associadas ao modelo de análise ecológica, que situa os agentes num contexto de compromisso ativo com o seu ambiente, considerando os seres humanos como organismos, dentro de sistemas de relações ecológicas, e como pessoas (“persons”), dentro de sistemas de relações sociais, o trabalho de terreno foi desenvolvido junto de pessoas que se dedicam à pesca em áreas de praia e de sapal (não urbanizado) e em zona ribeirinha urbana. Algumas destas pessoas dedicam-se exclusivamente à apanha de amêijoa e de isco, e outras à captura de diversas espécies de peixes, moluscos e bivalves (sobretudo amêijoa). Aliando conversas informais, entrevistas semiestruturadas e observação-participante de atividades de apanha de amêijoa e de isco durante a baixa-mar, assistindo à venda das capturas no final de cada maré, conversando com compradores intermediários da cadeia de comercialização da amêijoa que ali se deslocam e partilhando alguns momentos de convívio já fora da zona de maré, foi possível vislumbrar as realidades destes grupos.

As pessoas, que quotidianamente apanham amêijoa nesta zona, vivem nas proximidades desta área, algumas em bairros onde foram realojadas famílias provenientes de concelhos vizinhos do Seixal. Segundo Paula, uma das informantes que todos os dias se desloca a pé da sua casa à praia, na companhia do marido e muitas vezes dos filhos, no bairro onde vivem “existem vários bairros” onde residem pessoas de diversas proveniências. É o caso de pescadores da Trafaria ou de antigos moradores de uma área (Almada) que foi urbanizada, onde até ao início dos anos de 1980 existia um bairro de barracas no qual viveram algumas das pessoas com quem falei. A avaliar pelos relatos da mesma informante, a realidade quotidiana dos moradores deste bairro, que recorrem à apanha de bivalves, à pesca de diversas espécies e também ao cultivo em hortas que improvisam junto às zonas de sapal (e camufladas na vegetação), está associada à pobreza e a

---

<sup>51</sup> Ingold, *The Perception of the Environment*.

problemas sociais<sup>52</sup>. Dos discursos e relatos sobre as histórias de vida e de família de algumas destas pessoas, a pobreza e a diversidade de estratégias de sobrevivência que adotam tem sido uma constante entre gerações. Para além destas pessoas, de proveniências muito diversificadas, que aqui vivem há cerca de três décadas, do grupo que tenho acompanhado fazem parte outras cujas realidades são relativamente distintas mas que têm em comum o facto de se dedicarem quer à apanha de amêijoa quer à pesca. Algumas vieram morar para esta zona, onde compraram casa, outras nasceram e cresceram aqui. Há casos de famílias que aqui residem e que se dedicam a estas atividades há três gerações.

O retorno à captura de espécies no rio, que observei empiricamente entre 2010 e 2015, tem sido sistematicamente confirmado tanto nas experiências dos meus interlocutores como nos seus relatos em que referem que o número de pessoas (homens e mulheres) na maré foi muito superior ao atual, sobretudo entre 2011 e 2014. Quando questionados sobre os motivos que os levaram a esta atividade, a maioria menciona a necessidade de ganhar o sustento na sequência do desemprego mas também como forma de complemento de reformas insuficientes e de trabalho temporário. Este retorno ao rio remete para o conceito de agência de Sherry Ortner<sup>53</sup> e é aqui entendido como forma de ação, baseada em ideias e intenções de concretização das pessoas que agem em momentos difíceis e em contextos de relações de desigualdade, assimetrias e de forças sociais.

Nos relatos e histórias de vida das pessoas sem anteriores ligações à pesca, são comuns experiências de trabalho precário, de desemprego na sequência do encerramento de fábricas e empresas e anteriores experiências de emigração sobretudo para países europeus. Quanto aos pescadores (profissionais) do Seixal, a apanha de bivalves no passado também é referida como forma de mitigar a fome. Nos seus discursos esta é uma atividade que aparece sobretudo como recurso de sobrevivência em tempos difíceis, quer num tempo mais recuado de fome e pobreza, associado à infância de alguns dos interlocutores, quer ao longo das suas vidas de trabalho precário e particularmente em momentos de “crise” como o desemprego. Na atualidade há diversos casos de pescadores e pescadores-mariscadores que optam pela apanha de amêijoa por considerarem que esta é a espécie que proporciona imediatos e melhores proveitos.

---

<sup>52</sup> A pobreza tem sido abordada e perspectivada de modos distintos atribuindo-se-lhe sentidos diversos, conforme referem Frederico Ágoas e José Neves, “Para uma história da pobreza em Portugal”, in *O Espectro da pobreza – História, Cultura e política em Portugal no século XX*, Mundos Sociais (Lisboa: CIES, ISCTE-IUL, 2016): 1-8.

<sup>53</sup> Ortner, “Power and Projects”.

As experiências relatadas afiguram-se corresponder ao contexto (de crise) estudado por diversos autores<sup>54</sup>, que têm registado as alterações do significado e valor atribuídos ao trabalho e, concomitante, o surgimento de novos modelos da atividade laboral das últimas décadas, que associam à globalização e ao modelo do capitalismo. Confrontando estudos etnográficos e estatísticas com a análise das terminologias de *capitalismo tardio* e *neoliberalismo*, e as narrativas associadas, Sherry Ortner<sup>55</sup> revela os processos e dinâmicas que nas últimas décadas concorreram para o contexto de crise económica e, associados, dos discursos de flexibilidade e precaridade laboral<sup>56</sup>.

A emigração e a pesca, incluindo a apanha de bivalves, são duas das “saídas” ou estratégias de sobrevivência mais experienciadas tanto por alguns pescadores (profissionais) como pelos apanhadores de amêijoas que tenho acompanhado. Nas últimas idas ao terreno (em 2018) verifiquei que muitos dos apanhadores de amêijoas se ausentam em determinadas alturas e depois regressam. Confirmaram que têm conseguido trabalho, sobretudo na construção civil e, por isso, só regressam à maré quando não têm outras oportunidades, que continuam a ser pontuais, ou quando pretendem complementar os seus rendimentos.

Para além dos “novos pescadores” sem anteriores ligações à pesca, no terreno encontrei um número significativo de pessoas que têm ou tiveram no passado alguma relação com o meio fluvial ou marítimo quer através do trabalho na pesca, na

---

<sup>54</sup> Ortner, “On Neoliberalism”; Sennet, *A Corrosão do caráter*; Procoli, “Introduction”, *Workers and Narratives of Survival in Europe*.

<sup>55</sup> Segundo Sherry Ortner *capitalismo tardio* e *neoliberalismo* correspondem a mudanças no sistema e o uso do último termo assinala uma alteração nas narrativas. O capitalismo tardio (anos 1980/90) assentava na narrativa da globalização; o neoliberalismo (após 2000) é o capitalismo tardio tornado consciente e levado ao extremo, assenta em narrativas “negras” potenciadas pela ideologia do lucro com uma política económica favorável às classes e nações dominantes e caracteriza-se pela polarização da riqueza e o fim da estrutura social. A autora associa as mudanças de paradigma às teorias vigentes, situando a principal modificação na transição do capitalismo (1940-1970) para o capitalismo tardio ou neoliberalismo (2000), que envolveu duas ruturas inter-relacionadas: – a passagem do *fordismo* para o *pós-fordismo*, definidores da relação entre capital e trabalho, correspondendo ao *fordismo* um período de equilíbrio entre trabalho, salários e segurança social, e ao *pós-fordismo* um período em que o trabalho passa a ser dispensado, descartável e substituível; – a passagem da teoria *keynesiana*, da relação entre estado e economia (estado regulador da economia e suporte social), para uma teoria *pós-keynesiana* ou neoliberal, sem intervenção do estado. Sherry Ortner, “On Neoliberalism”.

<sup>56</sup> Richard Sennet sublinha a exaltação da flexibilidade aplicada ao tempo e aos processos do trabalho; o domínio do esquema de curto-prazo em oposição ao longo-prazo; a mudança de significado do trabalho; o sistema de poder “que se esconde nas modernas formas de flexibilidade” e o risco, a incerteza e a vulnerabilidade. A reconfiguração do valor do trabalho é também enfatizada por Procoli quando analisa estudos em que predominam narrativas reveladoras de estratégias de sobrevivência, em situações limiares, como forma de confronto do emprego precário. Richard Sennet, *A Corrosão do caráter* e Angela Procoli, “Introduction”, *Workers and Narratives*”.

construção naval ou outras atividades associadas, quer do meio familiar em que cresceram. Com percursos de vida e experiências diversificadas, quando confrontados com momentos de crise, estes grupos escolheram práticas, em muitos casos de margem, ou as “práticas possíveis”<sup>57</sup> no contexto das suas realidades e âmbito de possibilidades, que lhes têm permitido “escapar” às dificuldades mas também a imposições de natureza diversa. Quer na pesca quer na apanha de bivalves, a fronteira entre ações legais e ilegais é muito ténue, há quase uma permanente situação de “ilegalidade” relativamente às zonas de captura, às espécies visadas ou às técnicas e instrumentos utilizados.

Esta realidade afigura-se corresponder às perspetivas conceptuais de James C. Scott<sup>58</sup>, que oferecem um olhar particularmente relevante na análise deste contexto, em especial a ideia de “resistência quotidiana” que concebe como forma de “adaptação pragmática e forçada” às realidades e de resistência contra os efeitos do capitalismo que se manifestam na perda de acesso aos meios de produção, na perda do trabalho e conseqüente marginalização<sup>59</sup>. Argumenta que as resistências quotidianas, expressas através de práticas muitas vezes ilícitas como o roubo, o boicote ou o desrespeito de imposições legais, constituem as “armas comuns dos grupos relativamente sem poder”, correspondendo a formas de luta quase exclusivamente do domínio da esfera local, associadas às necessidades de sobrevivência material básica das unidades familiares. Aplica ainda o termo “resistência primitiva” às atividades de resistência quotidiana enquanto “estratégias quotidianas permanentes” de subordinados que vivem em difíceis condições mas que em situações de crise ou mudanças políticas podem ser complementadas por outras formas de resistência<sup>60</sup>.

Nos discursos, quer de pescadores profissionais quer dos apanhadores de bivalves, há uma constante crítica às autoridades, às burocracias associadas aos processos de licenciamento, atribuindo-se aos responsáveis (pela legislação) a responsabilidade pelas situações de crise que, defendem, se devem ao desconhecimento das realidades. É ainda evidente a preferência por uma atividade “fora de

---

<sup>57</sup> Paula Godinho caracteriza as “práticas possíveis”, que observa num outro contexto mas cuja formulação é suscetível de aplicação no presente estudo, como: “Não obedecem a um padrão, porque estão dependentes do momento, da correlação de forças em campos sociais elásticos, de encadeamentos de escalas diversas e da relação entre a experiência e a expectativa dos agentes sociais. Contudo, abrem possibilidades para continuar, em instantes empolgantes, em rotinas necessárias, ou em fugas imperativas. Essas experiências exequíveis distinguem-se do que sobrevém – embora tenham um lado infável e imprevisível – porque são o resultado de vontades e conjunturas, requerendo agentes sociais concretos (...)” Godinho, *O futuro é para sempre*, 20-21.

<sup>58</sup> Scott, “Formas cotidianas de resistência”.

<sup>59</sup> Scott, “Formas cotidianas de resistência”, 11-14.

<sup>60</sup> Scott, “Formas cotidianas de resistência”, 24.



controle” que é associada à ideia de liberdade. Optar por este trabalho mesmo que ilegal quanto às técnicas de captura e processos utilizados, às espécies e às zonas interditas onde muitas vezes têm lugar, pode ser uma opção para fugir ao controle do estado, nomeadamente aos impostos, e também ao controle de padrões que teriam noutras atividades. Como expressaram muitas vezes, aqui cada um responde apenas pelo seu trabalho e pelo que dele recebe no final da cada maré. O que auferem resulta da capacidade e esforço do seu labor pelo qual não têm de prestar contas a ninguém.

## NOTAS FINAIS

Ainda condicionados à necessária continuidade do trabalho de campo e, apesar de carecerem de tratamento e de uma análise mais cuidada, os dados até agora recolhidos através da observação das práticas e técnicas no terreno, dos discursos sobre o trabalho no meio flúvio-marítimo e dos relatos sobre os percursos de vida e experiências, permitem vislumbrar as realidades quotidianas de algumas destas pessoas e perceber a forma como agem num contexto local que se interconecta com outros níveis ou escalas. O que tenho constatado neste contexto afigura-se corresponder às observações de diversos autores<sup>61</sup> que têm salientado a complexidade das realidades locais que, através da ação dos sujeitos e de grupos, se articulam com distintos agentes e escalas revelando “múltiplas realidades”<sup>62</sup>.

Essa complexidade manifesta-se ainda no seio dos três grupos de pescadores locais (Seixal), cujas realidades se cruzam e interconectam aparentando ser *grupos fluidos* caracterizados pela diversidade, fluidez e movimento na aceção de James C. Scott<sup>63</sup> quando analisa grupos de pessoas, em contextos asiáticos, vivendo em proximidade com o meio. Agindo sobre o ambiente, estes grupos aproveitam as

---

<sup>61</sup> Fisher, “Doing good?”; Strang, “Anthropology and Development”; Marcus, “Ethnography in/of the World System”.

<sup>62</sup> Esta questão é exemplificada pela pesquisa de Anna L. Tsing. Através do estudo circunscrito a um grupo de aldeias de montanha (Kalimantan, Indonésia), abordando a destruição do ambiente de floresta e da forma como esse grupo resiste e reage, a autora vai informando sobre as ações de outros atores, situados em escalas distintas (regional, nacional e internacional), e sobre a forma como essas ações, que decorrem em múltiplos espaços e tempos, interferem no local, explicitando os processos de fricção e resistências entre diferentes níveis. Anna L. Tsing, *Friction*.

<sup>63</sup> James C. Scott, “Hills, Valleys and States – An Introduction to Zomia”, in *The Art of Not Being Governed: An Anarchist History of Upland Southeast Asia* (New Haven and London: Yale University Press, 2009), 1-39.

oportunidades que lhes são oferecidas pelo meio fluvial e estuarino, proporcionadas quer pela entrada de várias espécies que se deslocam do mar para desovarem no estuário do Tejo, quer de fundos favoráveis a espécies de bivalves valorizadas comercialmente na atualidade. Para além da oportunidade de capturas do meio, tiram proveito de um contexto de valorização de algumas espécies (como é o caso da ameijoia) que se conecta com outros níveis que ultrapassam o local e o nacional, uma vez que a maioria das capturas de bivalves se destina a cadeias de comercialização e transformação externas (sobretudo para Espanha, conforme dados do terreno), ficando os grupos locais também sujeitos às contingências e oscilações destes mercados.

Estes grupos humanos recorrem à disponibilidade dos recursos do meio que, neste contexto, parecem ter facultado práticas de subsistência que lhes permitem “escapar”, como notou James C. Scott<sup>64</sup>. Estas atividades afiguram-se-me constituírem estratégias de sobrevivência e resistência através de práticas possíveis<sup>65</sup> mas também como opções de vida no seio das possibilidades de escolha. Nos seus discursos, apesar de sublinharem as dificuldades e as necessidades, que os levaram a dedicar-se à pesca ou à apanha de bivalves, a maioria das pessoas associa estas atividades à ideia de liberdade de ação que em muitos casos também está ligada à percepção que têm sobre o meio e a natureza.

---

<sup>64</sup> Scott, “Hills, Valleys and States”.

<sup>65</sup> Na aceção de Paula Godinho, *O futuro é para sempre*.